

CIBEC/INEP



B0001652

MEC
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

MEC
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

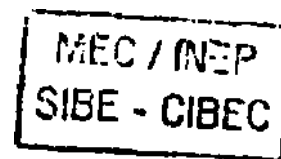
O MERCADO DE TRABALHO PARA PROFESSÔRES.
DE 1º E 2º GRAUS: A EVOLUÇÃO DA DÉCADA DE 80
George e Martine (Coordenador)

Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.2A, set/1993

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**O MERCADO DE TRABALHO
PARA PROFESSORES DE
PRIMEIRO E SEGUNDO
GRAUS: A EVOLUÇÃO NA
DÉCADA DE 80**

**George Martine (Coordenador)
Alfonso Rodrigues Arias
Sônia Helena T. de C. Cordeiro**

O artigo-síntese, exigência do contrato de financiamento de pesquisa n°62/91, firmado entre o INEP e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), cuja conclusão deu-se em fevereiro de 1993, é de responsabilidade de seus coordenadores.

Esta publicação, com tiragem reduzidíssima, em parte fora das normas editoriais desta Série Documental, destina-se à discussão preliminar deste assunto em reunião de dirigentes.

Brasília/1993

APRESENTAÇÃO

Uma das funções institucionais do INEP consiste em prover e estimular a disseminação e discussão de conhecimentos e informações sobre educação, visando seu desenvolvimento e domínio público, através de sua produção editorial.

Com o objetivo de contribuir para a democratização de parte desses conhecimentos, de modo mais ágil e dinâmico, o INEP criou recentemente as *Séries Documentais*, com o mesmo desenho de capa: elas formam um novo canal de comunicações, diversificado quanto a público, temática e referência; abrangendo vários campos, elas podem alcançar, com tiragens monitoradas, segmentos de público com maior presteza e focalização; cada série poderá captar material em diferentes fontes (pesquisas em andamento ou concluídas, estudos de caso, *papers* de pequena circulação, comunicações feitas em eventos técnico-científicos, textos estrangeiros de difícil acesso, etc).

São as seguintes as séries:

1. *Antecipações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos por pesquisadores nacionais, cuja circulação está em fase inicial nos meios acadêmicos e técnicos.

2. *Avaliação* tem o objetivo de apresentar textos e estudos produzidos pela Gerência de Avaliação.

3. *Estudo de Políticas Públicas* tem o objetivo de apresentar textos e documentos relevantes para subsidiar a formulação de políticas da Educação.

4. *Eventos* tem o objetivo de publicar textos e conferências apresentados em eventos, quando não se publicam seus anais.

5. *Inovações* tem o objetivo de apresentar textos produzidos pelo Centro de Referências sobre Inovações e Experimentos Educacionais (CRIE).

6. *Relatos de Pesquisa* tem o objetivo de apresentar relatos de pesquisas financiadas pelo INEP.

7. *Traduções* tem o objetivo de apresentar traduções de textos básicos sobre Educação produzidos no Exterior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Objetivos e Metodologia

SEÇÃO 1. A FONTE DE INFORMAÇÕES: A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

1.1. Breve descrição e comentários sobre a evolução da RAIS.

1.2. Principais vantagens e desvantagens da RAIS

1.3. O painel da RAIS

SEÇÃO 2. COMPARAÇÃO DA COBERTURA DA RAIS EM RELAÇÃO AO CENSO EDUCACIONAL DO MEC

2.1. Docentes de 1o Grau

2.2. Docentes de 2o Grau

SEÇÃO 3. O MERCADO DE TRABALHO PARA OS DOCENTES DE 1o E 2o GRAUS NA DÉCADA DE 80

3.1. Evolução global do emprego e das remunerações

3.2. Evolução do mercado dos professores de 1o e 2o Graus

3.2.1. Avaliação global do período 1980-1988 .

3.2.2. Evolução por subperíodos

3.2.3. O mercado de trabalho público e privado dos docentes

3.2.4. O comportamento do mercado de trabalho dos professores a nível regional

SEÇÃO 4. A EVOLUÇÃO QUALITATIVA DOS DOCENTES DE 1o E 2o GRAU

4.1. O perfil demográfico e sua evolução

4.2. O perfil educativo e a sua evolução

4.3. O perfil ocupacional

4.3.1. Tipo de contrato

4.3.2. Tempo de Emprego

5. CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A universalização da cobertura do ensino de 1º Grau e a ampliação do acesso ao 2º Grau e ao Ensino Superior têm constituído metas prioritárias para os países do Terceiro Mundo nas últimas décadas. Para atingir estes objetivos, tem-se procurado investir fortemente na base física do sistema escolar. Entretanto, garantir o direito à educação obrigatória e à melhora qualitativa da educação exige, não somente recursos financeiros e físicos, mas também recursos humanos capazes de processar essas transformações.

Por sua vez, a forte expansão dos sistemas educacionais, junto com as mudanças nos conteúdos e técnicas pedagógicas, tem trazido uma preocupação crescente com os aspectos qualitativos do ensino oferecido. Mas, novamente, a implementação efetiva das novas abordagens recai sobre a classe de professores docentes. Este tipo de consideração agudiza o interesse pela situação ocupacional dos docentes e suas condições de trabalho, além da relativa à sua capacitação para o melhor exercício da profissão.

Na prática, a dificuldade de recrutar, treinar e manter professores competentes no ensino do 1º e 2º Graus tem representado um obstáculo permanente para a melhoria do sistema educativo. Uma das principais causas desta situação é, sem dúvida, constituído pelos níveis salariais aviltantes percebidos pela grande maioria do magistrado.

Mas, apesar da convicção generalizada de que os professores são muito mal compensados, pouco se sabe a respeito da evolução da remuneração dos integrantes dessa classe. Como se processa a entrada e a evasão da categoria? Como se compara a sua estrutura de renda com a de outras categorias que exigem formação e dedicação semelhantes? Como tem evoluído a remuneração dos professores durante o período de crise prolongado vivido pelo Brasil?

O presente trabalho se propõe a examinar uma parcela deste conjunto de preocupações com os professores - recursos humanos essenciais ao funcionamento do sistema educativo. Mais especificamente, procura analisar de que forma evoluiu o mercado de trabalho dos docentes de 1º e 2º Graus no Brasil durante a década passada. Para tanto, vale-se dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), uma das poucas fontes de dados que permite fazer um acompanhamento anual da composição e remuneração de determinadas categorias ocupacionais.

O estudo é centrado no período 1980-1988, anos para os quais se dispõe atualmente de resultados divulgados da RAIS. Para facilitar a compreensão da evolução do mercado de trabalho dos professores, o estudo procura contrastar a situação dos docentes com a de outras duas ocupações "alternativas", a de secretário e a de comerciário, além de estabelecer comparações com o conjunto dos trabalhadores que esse registro reconhece. Essa análise ocupacional é precedida por uma apreciação global da evolução da

economia a do mercado de trabalho ao longo doo anos oitenta. Nesse contexto Bais amplo, poderá ser verificado o importante papel desempenhado pelo setor público quanto à geração de emprego a As remunerações pagas.

O trabalho é dividido em quatro seções. Na primeira, descreve-se o conteúdo e a modalidade produtiva da RAIS, procedendo-se a revisar suas qualidades e defeitos. Na segunda, apresenta-se uma comparação dos dados dessa fonte em relação aos do Censo Educacional do MEC. Na terceira seção, analisa-se a evolução do emprego e das remunerações dos docentes ao longo da década, análise que é precedida por uma visão sucinta acerca do comportamento global de ambas as variáveis para o conjunto das ocupações. A última seção dedica-se a examinar a evolução qualitativa dos docentes, analisando as mudanças havidas no perfil demográfico, educacional e ocupacional desses trabalhadores.

SEÇÃO 1. A FONTE DE INFORMAÇÕES: A RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

A fonte de informação básica utilizada para este estudo sobre a situação e evolução do mercado de trabalho organizado das ocupações de professor de 1o e 2o Graus é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Desde 1976, a RAIS coleta dados individualizados de cobertura nacional sobre os trabalhadores com contrato de trabalho de empregado registrado e seus principais atributos.

A fim de permitir uma melhor compreensão dos dados e conclusões que o documento apresenta, descrevem-se, a seguir, as características básicas da RAIS e faz-se uma avaliação dos dados produzidos através desse registro administrativo.

1.1 Breve descrição e comentários sobre a evolução da RAIS.

Em substituição aos vários registros administrativos que solicitavam dados dos estabelecimentos com conteúdos e periodicidade semelhantes, destinados a operacionalizar, administrar e fiscalizar programas sociais específicos (PIS, PASEP, FGTS, Previdência Social, Lei dos Dois Terços), o levantamento RAIS foi implantado em 1976 na forma de um condomínio das instituições participantes do projeto de unificação desses registros.

A partir daí, com periodicidade anual, passou-se a dispor de um único levantamento sobre o emprego formal brasileiro, uma vez que todos os empregadores ficaram obrigados a relacionar nominalmente cada um dos vínculos empregatícios mantidos no ano da declaração e seus respectivos atributos. Dessa forma, a RAIS passou a ser o equivalente a um censo anual do emprego formal registrado—incluindo empregados celetistas, estatutários e

avulsos—existente nos estabelecimentos públicos • privados. Este tegmento abrangia, em 1989, um total da 24,5 milhões da postos da trabalho, o qua representa aproximadamente 40% do total da ocupação nacional.

Dois conjuntos de informações podem ser distinguidos na RAIS: o primeiro se refere à unidade estabelecimento, com destaque para a localização geográfica até o nível do município, a atividade econômica com possível desagregação a 285 sub-atividades a o tamanho do estabelecimento referido ao número de trabalhadores; o segundo, relativo aos empregados, fornece dados sobre o sexo, a idade, a educação, a ocupação, o tempo de serviço e a remuneração mensal paga a cada trabalhador informado, seja dos que permaneceram trabalhando no último dia do ano de referência ou daqueles desligados do estabelecimento ao longo do ano.

Todas as unidades (estabelecimentos e indivíduos) e a quase totalidade das variáveis que o formulário reconhece são processadas de modo a permitir que a RAIS forneça dados que subsidiem a operacionalização de cada programa dos condôminos e a construção de agregados estatísticos para fins de planejamento e pesquisa por parte destes e outros usuários.

O processo de coleta estende-se de janeiro a abril do ano subsequente ao de referência dos dados. A recepção dos documentos efetiva-se através da rede bancária e, rnais recentemente, do Correio. Campanhas publicitárias, cada vez menos freqüentes pelo elevado custo, lembram a obrigatoriedade da declaração e a incidência de multas por atraso ou sonegação. Em seu lugar, notificações antecipadas são endereçadas aos estabelecimentos de médio e grande porte, solicitando a rápida entrega dos dados e a preferência e facilidades concedidas às declarações em meio magnético, que vem aumentando aceleradamente nos últimos anos.

Em forma gradual, nos últimos anos, tem-se incorporado à RAIS a necessidade de controlar a resposta bem como a implantação do processo de notificação para aquelas unidades de grande porte que aparecem como omissas. Esforços crescentes vêm-se desenvolvendo também a fim de garantir o aproveitamento das declarações defeituosas e a rápida devolução de formulários com erro, para permitir a sua correção dentro do calendário previsto para o processamento dos dados.

Embora, para fins operativos, os dados fiquem à disposição dos condôminos normalmente no mês de setembro, vale dizer, com 9 meses de defasagem, o acesso aos dados agregados é rnais demorado pois estes precisam de tratamento e controles detalhados, através de programas computacionais, prévios à sua divulgação. Normalmente, os agregados são conhecidos com uma defasagem de 18 a 24 meses. Dificuldades contratuais e financeiras, no entanto, têm, excepcionalmente, provocado um atraso superior a 3 anos na publicação dos dados estatísticos rnais recentes da RAIS, sem que isso tenha comprometido o uso dos dados para fins operacionais.

Baseado nessa descrição, relacionam-se a seguir as principais vantagens • desvantagens da RAIS visando uma avaliação dos dados estatísticos que ela vem produzindo ao longo da última década.

1.2 Principais vantagens e desvantagens da RAIS.

De forma sucinta, as principais vantagens deste registro administrativo associam-se às seguintes características:

- a) - caráter censitário do levantamento, sustentado pela necessidade de dar suporte a ações tais como a concessão de benefícios sociais (PIS, PASEP, hoje substituído pelo Abono ao Trabalhador), a arrecadação Previdenciária e a fiscalização, todas elas individualizadas, seja em relação ao estabelecimento ou ao trabalhador. Esse atributo da RAIS permite a obtenção de dados desagregados até para os menores domínios geográfico-setoriais ou ocupacionais;
- b) - abrangência nacional com alta cobertura populacional, em se tratando de um registro que abarca mais de 1,2 milhões de estabelecimentos com empregados totalizando quase 25 milhões de empregos, ou seja, mais da metade da ocupação urbana brasileira. Essa qualidade permite a realização de estudos comparativos do mercado de trabalho formal entre regiões, atividades econômicas e ocupações;
- c) - conteúdos estáveis, homogêneos e muito completos de variáveis demográficas (idade, sexo, nacionalidade), educacionais (nível e grau aprovado), ocupacionais (tempo de serviço, horas contratuais, tipo de contrato) para cada trabalhador, além das correspondentes aos estabelecimentos (município, sub-atividade econômica e tamanho);
- d) - processamento individualizado da quase totalidade das variáveis levantadas;
- e) - periodicidade anual para um levantamento censal dessa envergadura;
- f) - custo baixo por unidade respondente, embora o montante de recursos destinados a essa produção e para a utilização dos dados seja elevado.

Em contrapartida, a RAIS apresenta deficiências que convém explicitar:

- a) - omissão ou sonegação de resposta por parte dos

estabelecimentos obrigados a responder. Essa ausência da resposta torna-se ainda mais grave quando não existem mecanismos efetivos de ativação e de fiscalização e não funciona a aplicação das sanções pecuniárias aos omissos. Normalmente, a não-resposta na RAIS afeta mais as áreas geográficas menos desenvolvidas, onde a incidência de estabelecimentos de menor tamanho é mais elevada. Mais importante é o diferencial de resposta entre atividades econômicas, destacando-se uma maior percentagem de omissão na administração pública, devido à inoperância da aplicação de multas e às próprias dificuldades de resposta, notadamente por parte das prefeituras municipais e também de algumas secretarias estaduais. Há, pois, razões para crer que essa não-resposta subestima os níveis de emprego em setores tais como a educação, a saúde e os serviços administrativos e, portanto, as ocupações a elas associadas;

- b) - declarações fora do prazo podem agravar o problema acima comentado se o registro não contempla, como no caso da RAIS, mecanismos para sua recuperação/correção;
- c) - omissão parcial de trabalhadores, que deveriam constar na declaração e não aparecem relacionados, também acontecem na RAIS, situação que afeta mais os que têm vínculo empregatício de curta duração e tempo parcial;
- d) - distorções geográfico-setoriais devidas à agregação de respostas por parte de informantes que deveriam declarar em separado. Essa agregação é frequente na Administração Pública (p. ex., Secretarias Estaduais e Ministérios);
- e) - erros de informação devido à desatualização dos dados dos registros de base para o preenchimento da RAIS ou de erros e omissões de código por desconhecimento deles;
- f) - atrasos na divulgação dos dados anuais;
- g) - outros erros voluntários e involuntários de preenchimento.

Configura-se, assim, um levantamento que, apesar de sua grande cobertura, não chega a abranger 100% das unidades existentes. A clara tendência de melhora ao longo do tempo é positiva mas, ao mesmo tempo, coloca sérias dificuldades na utilização longitudinal dos dados, quando se quer comparar totais regionais/setoriais/ocupacionais entre dois ou mais períodos na forma da

razão T2/T1 (taxas de crescimento) ou da diferenças absolutas T2-T1. Quando comprometida aparece a informação de relativos pois, nesse caso, há um processo de normatização da base de cálculo (percentagens, médias, medianas). Assim, a comparação de salários médios entre períodos é mais confiável entre duas RAIS que o cálculo de taxas de crescimento do emprego entre elas. Neste último cômputo, encontram-se agregadas as variações efetivas do emprego com registro e a componente de desempenho do levantamento, que incorpora ganhos de cobertura no tempo pelas razões antes comentadas (fiscalização, divulgação, etc).

Uma outra dificuldade na utilização temporal da RAIS para apreciar o comportamento ocupacional entre dois períodos, que por certo influi na evolução do emprego de algumas ocupações como a dos professores, refere-se às mudanças do regime de contratação que ocorrem ao longo do tempo. Elas podem ter origem em disposições legais, normalmente no sentido da ampliação dos benefícios de um contrato de trabalho registrado a quem não o tinha. O contrário também pode ocorrer em períodos críticos em que trabalhador e empregador entram em acordo para evitar o pagamento de encargos trabalhistas e, com isso, o desligamento do empregado. Em ambos os casos, a rigor, não houve alteração ocupacional no quadro da empresa. Porém, a RAIS acusará essas mudanças na situação contratual.

Em suma, deve-se ter cuidado no uso dos dados de emprego referidos a totais geográficos, setoriais e ocupacionais que a RAIS divulga anualmente, havendo maior confiabilidade quando eles dão origem à comparação de estruturas que adotam a forma de distribuição de percentagens. Estas, no entanto, também podem ficar comprometidas em alguns domínios e variáveis, onde as categorias "não informado" ou "não classificado" apresentam números muito elevados ou muito instáveis entre períodos. No caso específico da variável ocupação na RAIS, a percentagem de não informado e não classificado tem variado entre 8% e 10% nos últimos anos.

No concernente às remunerações, os problemas são bem menores, já que o sistema contempla controles e recuperações que acabam garantindo uma boa qualidade das médias e distribuições divulgadas, notadamente no que se refere à eliminação dos salários absurdos declarados à RAIS. De qualquer forma, os dados de salário da RAIS constituem-se no mais confiável indicador dos proventos mensais percebidos pelos empregados registrados. É lamentável que seu uso fique limitado pela desatualização da divulgação dos dados agregados.

1.3 O painel da RAIS.

A preocupação com a comparabilidade dos dados levou ao MTA e IPEA a propor, em 1981, uma metodologia produtiva de índices anuais de emprego e salários baseada num painel de respondentes à RAIS em cada par de anos sucessivos, eliminando o problema das não

respostas, que prejudicam a comparabilidade dentro • entre anos a partir da RAIS.

O painel, ao contrário de outros levantamentos baseados em pequenas amostras, opera com um número de declarantes próximo a um milhão de estabelecimentos, que empregam mais de 20 milhões de trabalhadores. Dessa forma, os Índices de emprego e dos salários para cada ano em relação ao precedente tem confiabilidade, inclusive para domínios geográfico-setoriais menos expressivos.

A construção de Índices de base fixa, divulgados para o período 1979-1988 para o Brasil, regiões e estados rnaís importantes, cada um deles desagregado pelas principais atividades econômicas, obtém-se através do encadeamento dos Índices anuais. De posse desses Índices de empregos e das remunerações, o MTA prepara estimativas homogêneas dos totais anuais do emprego e das remunerações médias nominais, adotando para cada um desses domínios o correspondente vetor de resultados da RAIS rnaís recente.

Neste trabalho, os resultados do painel de estabelecimentos divulgados pelo MTA serão utilizados como base para a preparação de estimativas mais acuradas acerca do crescimento da ocupação dos professores e dos secretários e Comerciários entre 1980 e 1988.

À luz desses esclarecimentos, apresenta-se a seguir uma avaliação global dos dados ocupacionais da RAIS no que diz respeito aos professores de 1o e 2o Graus, valendo-se da sua comparação com os dados divulgados pelo MEC correspondentes ao Censo Educacional anual de estabelecimentos educacionais.

seção 2. COMPARAÇÃO DA COBERTURA DA RAIS EM RELAÇÃO AO CENSO EDUCACIONAL DO MEC.

Embora os dados anuais do Censo Educacional do MEC não estejam livres dos problemas acima relacionados a respeito dos registros administrativos, enfrentando-Be também com o problema de unidades omissas, atrasos e outros erros, é indubitável que oferecem uma boa base de comparação com os levantados pela RAIS.

2.1 Docentes de 1o Grau.

Segundo os dados da Tabela 1, o MEC estimava que o numero de funções docentes neste nivel do ensino atingia em 1988 a 1156 mil, dos quais 1006 mil (87,0%) correspondiam ao serviço público federal, estadual e municipal e os restantes 150 mil ao setor privado. Por sua vez, os dados da RAIS totalizam, para esse mesmo ano, 780 mil postos de trabalho de professores de 1o Grau, distribuidos em 679 mil públicos (87,1%) e 101 mil na esfera particular.

Há, portanto, uma cobertura da RAIS próxima a 67,5% em ambas as redes a nivel nacional, registrando, tanto o MEC quanto a RAIS, as mesmas proporções para os docentes do serviço público ou da iniciativa privada. Entretanto, no plano regional, essas coberturas mostram-se bem mais diferenciadas conforme se pode apreciar na Tabela 2. Enquanto o número de docentes da RAIS chega em 1988 a 58,6% no Norte e a 60,1% no Centro-Oeste, no outro extremo, o Sul aproxima-se a 85,0% do número estimado pelo MEC.

Mais interessante ainda é a evolução dessas coberturas, pois elas eram bem menores no inicio da década. Com efeito, a RAIS contabilizava a existência de 351 mil empregos em 1980, ao passo que o MEC totalizava 884 mil funções docentes, ou seja, uma abrangência da RAIS de apenas 39,7%. Portanto, quando comparada com as estimativas do MEC, a RAIS mostra um avanço significativo no emprego público e algo mais moderado na rede privada, mantendo patamares de cobertura muito aquém dos do MEC.

Quais são as razões que explicam essas diferenças nas estimativas de ambas as fontes? Em primeiro lugar, é preciso insistir na omissão de resposta que afeta à RAIS, especialmente nos órgãos públicos estaduais e municipais, onde reside o forte do ensino de 1o Grau. A própria melhora do levantamento ao longo dos anos pode ser um fator que contribui para explicar o ganho de cobertura na rede pública; em segundo lugar, há uma diferença no critério de enquadramento daqueles docentes que simultaneamente exercem uma função administrativa. Nas estatísticas do MEC, esse docente aparece contabilizado como professor, ao passo que na RAIS ele será informado na sua ocupação diretiva.

Uma terceira e poderosa razão que ajuda a explicar a

TOTAL DE DOCENTES DO 1º E 2º GRAU POR
REDE DO ENSINO SEGUNDO OS DADOS DO
CURSO EDUCACIONAL DO MEC E DA RAIS. BRASIL
1980 e 1988

(em milhares)

ANO	1º GRAU						1º GRAU					
	MEC			RAIS			MEC			RAIS		
	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
1980	684	757	127	351	281	70	198	110	88	164	98	66
1988	1156	1006	150	780	679	101	234	154	80	370	307	63

FONTES: Censo Educacional — SEEC/MEC 1988-88
RAIS/MTA 1980-88

TABELA 2

TOTAL DE DOCENTES DE 1º e 2º GRAU
POR REGIÕES, SEGUNDO OS DADOS DO CENSO EDUCACIONAL
DO MEC E A DA RAIS
1988

(em milhares)

REGIÃO	1º GRAU		1º GRAU	
	MEC (1)	RAIS	MEC (1)	RAIS
BRASIL	1156	780	234	370
NORTE	77	45	8	19
NORDESTE	321	216	52	72
SUDESTE	476	299	116	219
SUL	206	175	42	25
CENTRO-OESTE	74	45	16	34

FONTE: Censo Educacional, SEEC/MEC
RAIS/MTA
(1) Estimativa

insuficiente cobertura da RAIS relaciona-se com o tipo de contrato do docente. No caso do MEC, a contagem de docentes refere-se a qualquer tipo de contratação, sendo que a RAIS capta principalmente a declaração de empregados registrados com contrato regido pela CLT ou na condição de estatutário. Não há dúvida de que, no forte aumento de docentes na RAIS entre 1980 e 1988, está incorporada uma regularização da situação dos contratos dos docentes que, sem exprimir um aumento da ocupação, representa uma expansão favorável do emprego nesta categoria de trabalhadores.

Por último, a data de referência dos dados também é um fator de explicação relevante já que, nas estatísticas do MEC, a contagem é feita no início do ano letivo—portanto no auge da contratação, enquanto que na RAIS as estimativas correspondem ao último dia do ano, quando as atividades escolares já paralizaram» e muitos docentes foram dispensados. Há, pois, numerosas razões para justificar a menor cobertura da RAIS, ao mesmo tempo que elementos que podem explicar o forte aumento dos docentes de 1o Grau segundo esta fonte.

2.2 Docentes de 2o Grau.

Muito diferente é a situação de cobertura e a evolução da ocupação do professor de 2o Grau. Os dados da Tabela 1 revelam que o número de docentes da RAIS em 1988 supera com folga a estimativa do MEC, sendo os totais nacionais de 370 mil e 234 mil, respectivamente. Ainda que se adicione o pessoal docente envolvido no Ensino Supletivo, próximo aos 60 mil professores, as estimativas do MEC ficam inferiores às da RAIS nesse ano.

Essa superioridade, entretanto, não se observa na iniciativa privada, já que a RAIS registrava 63 mil empregos e o MEC 80 mil. Na mesma tabela, repara-se que, em 1980, a situação mostrava-se invertida, com totais de 164 mil docentes na RAIS e 198 mil no MEC, sempre mantendo-se mais elevada na rede particular nesta última fonte.

Mais importante, no entanto, é destacar a existência de duas coincidências nessa evolução: primeiro, que ambas as fontes mostram um decréscimo no número absoluto de docentes de 2o Grau na rede privada; segundo, que há uma forte expansão de docentes na rede pública, embora com taxas anuais bem diferenciadas entre a RAIS (15,3% a.a.) e o MEC (4,3% a.a.).

A desagregação dos dados da RAIS 1988 por região na Tabela 2 mostra que o total de docentes da RAIS é sempre superior aos apresentados pelo MEC, exceto na região Sul, onde há fundamentadas razões para acreditar que houve uma forte omissão de resposta à RAIS em 1988 (25 mil professores em 1985, sendo que, em 1980, esse total chegava a 44 mil).

Contudo, é necessário explicitar as razões que poderiam justificar os mais elevados patamares da RAIS em 1988, já que eles

contraditam os argumentos apresentados para o 1o Grau. Duas hipóteses parecem possíveis: ou a RAIS registra nesta ocupação funções que não correspondem ao exercício da docência ou, então, as estatísticas do MEC apresentam uma subestimação neste nível do ensino, mesmo agregando professores do supletivo. A segunda alternativa merece uma pesquisa mais aprofundada, valendo-se, inclusive, do próprio confronto com a RAIS a nível de cada estabelecimento respondente.

Em suma, quando comparada com as estatísticas do MEC, a RAIS apresenta uma generalizada subestimação para a ocupação de professor do 1o Grau, e inversamente em relação à de docente de 2o Grau. Essa expansão ocupacional dos docentes de 1o e 2o Graus contrasta com a evolução exibida do emprego global no mesmo período. Entretanto, o mais notável é que ambas apresentam um forte crescimento na década, situação sem dúvida relacionada com a expansão real do gasto em educação.

Na seguinte seção apresenta-se uma comparação entre a evolução do mercado de trabalho para as duas ocupações que nos interessam e as correspondentes às de secretário e comerciário, procurando-se estabelecer sempre um paralelo delas com a evolução global do emprego e das remunerações.

seção 3. O MERCADO DE TRABALHO PARA 08 DOCENTES DB 1o e 1o GRAUS NA DECADA DE 80.

1.1 A evolução global do emprego e das remunerações.

O comportamento do mercado de trabalho não-agrícola no período 1980-1988 mostrou uma grande correspondência com os avanços e recuos da economia, tanto no relativo aos níveis de emprego quanto às remunerações reais, conforme pode verificar-se através dos dados do painel RAIS da Tabela 3. Segundo essas informações, o baixo crescimento da economia urbana—exprimido através do aumento do PIB real não-agrícola de apenas 1,9% a.a. nesses oito anos—teria gerado um aumento do emprego no setor organizado da economia de 1,1% a.a. Esse patamar é, evidentemente, bem inferior à pressão da demanda de trabalho urbano, estimada em 3,2% a.a..

Os prejuízos foram ainda maiores quanto às remunerações, onde a supremacia das políticas de contenção salarial efetivadas nesse período para ajudar a combater a inflação, acabaram ocasionando perdas de -4,1% a.a., ou seja, uma queda acumulada de 28,5% nas remunerações reais médias destes trabalhadores entre 1980 e 1988.

A forte retração das atividades econômicas ocorrida no período 1980-83, em virtude de cortes de investimentos e do gasto público, restrições ao crédito e aos subsídios, junto com elevação das taxas de juros internacionais, que comprometeu crescentes recursos para o serviço da dívida externa, refletiram-se negativamente no emprego (-2,0% a.a.) e nas remunerações reais médias (-5,2% a.a.), configurando uma severa e generalizada crise no mercado de trabalho.

No plano setorial, note-se que apenas a Administração Pública teve um crescimento do produto e que o emprego desse setor cresceu nesse triênio à razão de 5,1% a.a.. Em compensação, os salários médios dos servidores públicos foram os mais sacrificados com perdas reais de -7,3% a.a.. Em situação oposta, a Indústria e o Comércio, onde o PIB teve o mais expressivo declínio, foram forçados a reduções drásticas de trabalhadores (-7,3% e -3,6% a.a., respectivamente) e a cortes salariais significativos, porém inferiores aos da Administração Pública.

Com a retomada do crescimento econômico, facilitada por uma posição mais favorável da economia mundial—que permitiu o aumento das exportações—pela menor dependência de insumos do exterior e, sobretudo, por uma opção política anti-recessiva, o período 1984-1986 foi amplamente favorável à geração de emprego e à desaceleração das perdas salariais. No emprego, conseguiu-se uma expansão da ordem de 4,9% a.a., enquanto que nas remunerações reais médias, houve uma diminuição de -1,4% a.a.. Nestes, a forte recuperação das remunerações reais em 1985 e 1986 não foi suficiente para compensar a retração ocorrida em 1984.

Essa evolução ocupacional favorável dos professoras, por sua vez, vai acompanhada de menores perdas salariais, quando comparada com o conjunto das ocupações e em relação às outras duas alternativas. Com efeito, num período em que o trabalhador do setor organizado da economia chegou a acumular perdas de remuneração real de ordem de 29,9%, e os secretários e comerciários de 39,0%, os docentes de 1o e 2o Graus perderam 14,5% e 12,7% do salário, respectivamente, em relação à inflação medida através do IGP/DI.

Desse modo, no caso dos docentes, chega-se em 1988 a uma situação laboral bem melhor que a vigente no início da década. A expansão do ensino e a regularização dos contratos de trabalho em substituição à prestação de serviços e ao exercício da função docente probatória, contribuíram a esse expressivo aumento do emprego dos professores apresentado pelo painel RAIS.

Conforme comentado na Seção 2, o crescimento dos docentes estimado pelo MEC (3,4% a.a. no 1o Grau e 2,1% a.a. no 2o Grau), apesar de significativo, aparece bem menor que o registrado pela RAIS (10,5% a.a. e 10,7% a.a., respectivamente) e pelo painel RAIS (8,3% e 8,1% a.a.)- Enquanto as diferenças das percentagens de crescimento entre as duas últimas fontes podem ser atribuídas a melhores no desempenho com ganhos de cobertura da RAIS ao longo desses 8 anos, o diferencial entre as taxas do painel RAIS e as do MEC correspondem, em boa medida, a melhora no regime de contratação.

No concernente à evolução das remunerações dos docentes, muitos fatores podem ter contribuído a esse comportamento menos adverso, destacando-se a valorização da função docente, melhora qualitativa do professor, modalidade contratual, o próprio perfil demográfico dos docentes e a carga horária.

Alguns desses fatores serão objeto de análise posterior neste mesmo documento. Desde já, entretanto, deve-se lamentar que a RAIS não processe os dados relativos à carga horária mensal a que se referem as remunerações divulgadas. No entanto, sabe-se que, no Brasil, houve experiências de extensão da jornada de trabalho dos professores, com aumentos salariais, na tentativa de minorar a escassez de docentes e enfrentar a ampliação das turmas que o ensino exigia.

Todavia, essa situação mais favorável do mercado de trabalho dos docentes evoluiu de forma muito inconstante ao longo da década, conforme examina-se a seguir.

3.2.2 Evolução por subperíodos.

A recessão econômica que vigorou no período 1980-1983, com efeitos desastrosos sobre o mercado de trabalho, exceto em relação ao emprego público, não impediu a contratação de docentes de 1o e 2o Graus. Muito pelo contrário, segundo os dados do painel RAIS da

Tabela 4, esse foi o período de maior expansão do emprego registrado dos professores na década, com taxas de 17,8% a.a. para o 1o Grau e 15,1% a.a. para o 2o Grau, ambas bem acima do já excepcional crescimento da própria Administração Pública (5,1% a.a.)•

O fato das estatísticas do MEC não confirmarem esse crescimento, ao acusar expansões de apenas 3,1% a.a. para o 1o Grau e -1,8% para o 2o Grau, induzem a crer que, nesse período, boa parte do aumento do emprego apontado deveu-se à ampliação da contratação registrada. É importante lembrar ainda que as despesas reais em educação, com recursos da União e dos Estados, cresceram entre 1980 e 1982 em 43,2% no 1o Grau e em 18,1% para o 2o Grau e que no triênio sob análise, os rendimentos médios dos professores sofreram perdas de -0,8% e -1,6%, respectivamente, segundo os próprios dados apresentados na Tabela 4.

Há, portanto, boas razões para acreditar nesse forte aumento do emprego dos professores. Observe-se, pelo contrário, que o conjunto das restantes ocupações e as de secretário e comerciário, tiveram uma expressiva contração, sendo ainda mais severas as perdas salariais em virtude da recessão vigente.

O triênio seguinte—1984 a 1986— caracterizou-se por um importante ganho real dos salários dos professores—5,8% e 3,3% a.a. respectivamente—favorecido pela recuperação das enormes perdas salariais que acumularam os servidores públicos no período 1980-1983. Essa melhora nas remunerações permitiu que os professores do 1o e 2o Graus passassem a acumular ganhos de 15,6% e 5,0% no sexênio, respectivamente, contrastando com as perdas de 18,3% do conjunto, 23,7% para os secretários e 19,9% dos Comerciários. Por sua vez, o emprego dos docentes continuou expandindo-se, embora em patamares menores que no triênio anterior e sem grande vantagem em relação às restantes ocupações.

Configura-se assim, um período muito propício para a categoria dos professores. Essa situação guarda uma estreita relação com a expansão dos recursos reais destinados à função da educação, da ordem de 93% no 1o Grau e 88% no 2o Grau nesse triênio.

A própria redução dos recursos aplicados pela União e Estados na Educação no biênio seguinte—1987 a 1988—ajudam a explicar a contração de -13,2% e -8,0% a.a. nos rendimentos dos professores de 1o e 2o Graus e também o seu crescimento de emprego registrado menos expressivo, conforme apresentado na Tabela 4, notadamente no que concerne ao 2o Grau. O encolhimento generalizado do mercado de trabalho em 1987-88, espelhando o estancamento da economia e a cada vez menor credibilidade no êxito das políticas anti-inflacionárias, teve desta vez reflexos desfavoráveis na situação dos docentes.

Contudo, é preciso reiterar que o balanço da evolução ocupacional e das remunerações, no período 1980-1988 foi, de longe, mais favorável para os professores que para o conjunto dos trabalhadores. O crescimento do emprego registrado dos docentes de

lo a 2o Graus a taxas alavadas, em quase todos os anos, junto aos ganhos reais nos salários ocorridos na metade da década demonstram qua, a despeito da crise econômica, a função docente foi valorizada no período em análise.

A seguir, examina-se o papel que a iniciativa pública e a privada tiveram nessa situação ameliorada dos professores, limitando a análise somente aos anos 1980 e 1988.

3.2.3 O Mercado do trabalho publico a privado doa docentes.

As estimativas do emprego apresentadas na Tabela 5, além de sintetizarem a evolução global das ocupações que nos interessam ao longo dos anos 80, não deixam qualquer dúvida em relação à enorme contribuição da iniciativa pública na contratação de professores e sobre a conduta oposta por parte da iniciativa privada. Repare-se que, do total de 2.052 mil novos postos de trabalho gerados entre 1980 e 1988 (1,1% a.a.), 1.807 mil deles corresponderam à administração pública federal, estadual e municipal (5,6% a.a.), sendo que 551,8 mil destes, ou seja, 30,5% do novo emprego público, foi destinado à função docente de 1o e 2o Graus. Esse enorme aumento ocupacional do professor público foi ligeiramente mais favorável para o 2o Grau (13,4%), embora em termos absolutos ele tenha sido mais expressivo para o 1o Grau (9,8% a.a.).

Completamente diferente foi o que aconteceu no setor privado, onde o processo de geração de novas oportunidades de trabalho acompanhou de perto a evolução negativa da economia, criando apenas 246 mil ocupações no período estudado (0,2% a.a.). De acordo com as estimativas da Tabela 5, a ocupação de professores de 1o Grau da rede privada expandiu-se em 11,2 mil docentes (1,5% a.a.), ao passo que os de 2o Grau tiveram uma drástica redução, próxima aos 22 mil empregos (-3,7% a.a.).

Sobre este particular, cabe salientar que as estatísticas do MEC apresentam um aumento dos docentes de 1o Grau da rede privada (2,1% a.a.), inferior ao do setor público (3,6% a.a.), e que, no caso dos docentes de 2o Grau da rede privada, elas também acusam um saldo negativo de 8 mil empregos (-1,1% a.a.).

A evolução das outras duas ocupações, onde, ao contrário dos professores, predomina a atuação privada, também foi pequeno. O emprego do comerciário registrado cresceu em 123,2 mil (1,8% a.a.) e os secretários em 36 mil (2,4% a.a.), sendo que, nesta última, 70% desses novos empregos corresponderam ao setor público.

Quanto à evolução das remunerações dos professores engajados no ensino público e privado, a Tabela 6 demonstra que, também nesta componente, a situação foi mais favorável aos primeiros, embora ambas as categorias exibam perdas reais entre 1980 e 1988. As remunerações médias dos docentes, que em 1980 eram superiores para quem pertencia ao quadro público, passaram a ser bem maiores em

ESTIMATIVAS DE EMPREGO PARA ALGUMAS OCUPAÇÕES
SELECIONADAS POR REDE DO ENSINO
BRASIL — 1980-1988
(em milhares)

OCUPAÇÕES	1980			1988			VARIACÃO MÉDIA ANUAL 1980-88(%)		
	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
	PROF. 1º GRAU	411,1	321,0	90,1	779,7	678,4	101,3	8,3	9,9
PROF. 2º GRAU	197,6	112,1	85,5	369,6	306,5	63,1	8,1	13,4	-3,7
SECRETÁRIO	170,3	9,8	160,5	206,2	35,4	170,8	2,4	17,4	0,5
COMERCÁRIO	786,7	-	786,7	911,9	-	900,6	1,8	-	1,7
TOTAL OCUP.	21.605,0	3.324,0	18.284,0	23.663,0	3.131,0	18.530,0	9,1	3,6	0,3

FONTE: Primei RAIS 1979-88 — MTA
RAIS 1980 e 1988 — MTA

TABELA 6

ESTIMATIVAS DE RENDIMENTO MÉDIO REAL PARA
ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS POR REDE DO ENSINO
BRASIL — 1980 E 1988
(em mil cruzados de 1980)

OCUPAÇÕES	1980			1988			VARIACÃO MÉDIA ANUAL 1980-88(%)		
	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
	PROF. 1º GRAU	61,8	62,1	60,6	52,9	55,3	46,8	-1,9	-1,4
PROF. 2º GRAU	88,6	91,2	81,7	77,3	80,8	60,3	-1,7	-1,8	-3,7
SECRETÁRIO	129,2	104,6	130,9	78,8	82,4	78,1	-6,0	-2,9	-6,3
COMERCÁRIO	63,7	-	63,7	38,7	-	38,7	-6,0	-	-6,0
TOTAL	183,8	184,5	183,7	72,7	76,8	71,8	-4,4	-3,9	-4,5

FONTE: RAIS 1980 e 1988 — MTA
Índice Geral de Preços IGP-DI — FGV

1988.

Descartando-se as possíveis mudanças nas cargas horárias que podem ter afetado a ambas de forma diferente, dois efeitos estão presentes na ampliação desse diferencial de salários: primeiro, uma perda de proventos menos acentuada do servidor público em relação ao empregado do setor privado, fruto de políticas de contenção dos reajustes salariais mais severos para estes últimos (-3,9% a.a. e -4,5% a.a., respectivamente); segundo, a aplicação de tabelas mais vantajosas para os professores públicos em relação aos demais servidores públicos (-1,4% a.a. e -1,8% a.a. para os professores de 1o e 2o Graus e -3,9% a.a. para o conjunto, all incluídos os professores), situação que não aconteceu com os professores da rede privada e com o resto dos trabalhadores privados.

A evolução do salário médio real da ocupação de secretário entre ambos os setores, corrobora inteiramente a vantagem envolvida nos reajustes do servidor público e o melhor tratamento que o conjunto das administrações federais, estaduais e municipais deram aos docentes entre 1980 e 1988.

Em relação à evolução dos salários e à quantificação das perdas reais apresentadas na Tabela 6, é importante salientar que a utilização do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas define o teto dessas retrações salariais. A utilização alternativa de outros Índices de preços oficiais, tais como o IPCA ou INPC, levaria a quantificar perdas bem inferiores para o conjunto dos trabalhadores, variando entre -1,0% e -1,6% a.a., e a ganhos reais na remuneração dos professores. Eles iriam de 1,1 a 1,7% a.a. para os docentes de 1o Grau e 0,8 a 1,4% a.a. para os de 2o Grau. Em qualquer uma dessas hipóteses, o mercado de trabalho dos professores teria tido uma evolução bem melhor que a comentada.

Análise à parte merece a evolução do mercado de trabalho dos professores entre as regiões, já que, tanto do ponto de vista ocupacional quanto das remunerações, houveram marcadas divergências no período pesquisado. Deve-se recordar, no entanto, que neste nível de desagregação, os dados da RAIS, notadamente os correspondentes à Administração Pública, são os mais prejudicados pelas omissões de resposta e pela agregação de respostas no nível federal e a mais elevada percentagem de ocupações não declaradas.

3.2.4 O comportamento do mercado de trabalho dos professores a nível regional.

Os dados da Tabela 7, também baseados em estimativas preparadas a partir do painel RAIS, evidenciam crescimento do emprego estruturado global muito diferente entre as regiões entre 1980 e 1988. As regiões mais beneficiadas foram o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, com percentagens médias de crescimento anual variando em 3,4% a.a. nas duas primeiras e 4,1% a.a. na terceira. Observe-se que nessas regiões menos desenvolvidas, a

ESTIMATIVAS DE EMPREGO PARA ALGUMAS OCUPAÇÕES
RELACIONADAS SEGUNDO REDE DE ENSINO POR REGIÕES
1980 E 1988

(Em milhões)

	1980			1988			1988-80(%)		
	TOTAL	ESPÚBLICA	ESPRIVADO	TOTAL	ESPÚBLICA	ESPRIVADO	TOTAL	ESPÚBLICA	ESPRIVADO
TOTAL	81.208,0	1334,0	14.384,0	21.841,0	8.191,0	11.176,0	27	6,1	7,7
PROF. 1º GRAU	411,1	321,0	90,1	779,7	678,4	101,3	18,9	49,3	11,3
PROF. 2º GRAU	197,6	112,1	85,5	349,6	204,5	145,1	17,5	15,4	-3,7
SECRETÁRIO	170,3	9,8	160,5	206,2	35,4	170,8	24,2	17,4	6,8
COMUNITÁRIO	788,7	-	788,7	913,9	-	913,9	11,3	-	1,8
NORTE	662,0	139,7	902,0	940,0	311,0	109,0	14,2	22,3	15,7
PROF. 1º GRAU	19,4	16,4	3,0	45,1	41,4	3,7	23,3	12,3	2,7
PROF. 2º GRAU	5,6	2,4	3,2	19,1	17,1	2,0	16,6	27,8	-5,7
SECRETARIO	3,2	0,4	2,8	4,7	1,4	3,3	4,9	17,0	2,1
COMUNITARIO	22,9	-	22,9	26,5	-	26,5	1,8	-	1,8
NORDESTE	2.849,0	790,5	2.168,5	3.747,0	1.307,0	2.440,0	13,2	16,1	12,5
PROF. 1º GRAU	87,9	66,4	21,5	215,7	191,2	24,5	24,9	14,1	1,6
PROF. 2º GRAU	26,2	13,8	12,4	72,0	60,3	11,7	13,5	20,2	-6,7
SECRETARIO	13,9	2,1	11,8	18,3	4,0	14,3	3,5	8,4	2,4
COMUNITARIO	101,2	-	101,2	122,9	-	122,9	2,5	-	2,5
SUDESTE	11.120,0	1.613,0	11.518,0	13.949,0	2.391,0	11.558,0	12,5	14,6	12,2
PROF. 1º GRAU	130,3	87,6	42,7	295,0	246,1	52,3	22,5	13,8	2,7
PROF. 2º GRAU	67,0	14,7	52,3	219,2	182,5	36,2	16,0	37,0	-4,5
SECRETARIO	119,1	3,7	115,4	135,1	20,2	116,5	2,0	23,6	0,4
COMUNITARIO	442,1	-	442,1	528,0	-	528,0	2,2	-	2,2
SUL	3.914,0	551,0	3.362,0	4.830,0	720,0	3.110,0	12,3	12,4	-0,2
PROF. 1º GRAU	146,6	131,6	16,8	174,5	155,7	14,8	2,0	2,4	-1,6
PROF. 2º GRAU	49,0	34,9	14,1	25,1	14,1	11,0	-8,0	-11,0	-3,1
SECRETARIO	24,5	1,3	23,2	32,6	7,0	25,6	3,6	23,4	1,2
COMUNITARIO	174,3	-	174,3	178,2	-	178,2	0,3	-	0,3
CARIBE	1.000,0	200,0	800,0	1.150,0	240,0	910,0	11,5	12,0	0,5
PROF. 1º GRAU	24,9	18,8	6,1	45,0	38,9	6,1	7,7	9,5	0,0
PROF. 2º GRAU	49,8	46,3	3,5	34,2	32,8	2,2	-4,6	-4,5	-3,6
SECRETARIO	9,6	2,3	7,3	11,1	2,4	8,7	1,8	6,5	2,2
COMUNITARIO	48,2	-	48,2	52,7	-	52,7	1,1	-	1,1

FONTE: RAIS 1980 e 1988 — MTA
Painel RAIS 1979-1988 — MTA

expansão do serviço público foi responsável pela geração da maior parte dessas novas ocupações, embora também a iniciativa privada tenha dado uma importante contribuição, considerando o cenário econômico pouco favorável vigente nesses anos.

Ainda mais notável foi a ampliação dos quadros docentes nessas regiões, em virtude da extensão geográfica e curricular da oferta educacional e o avanço da cobertura do emprego com registro. Excetuando a região Centro-Oeste, onde se detecta uma generalizada diminuição do emprego de professor de 2o Grau, atribuível a uma declaração centralizada no MEC em 1980, os percentuais de crescimento dos docentes públicos de 1o Grau variaram entre 9,5% e 14,1%, enquanto os de 2o Grau foram superiores a 20%.

Cabe ressaltar que esse elevado aumento da docência pública também obedece à insuficiente capacidade de resposta da iniciativa privada para enfrentar a expansão da demanda por educação ocorrida nesses anos. Repare-se que, no caso da docência de 2o Grau, houve uma generalizada diminuição do emprego privado nessas regiões e que, no 1o Grau, o crescimento desses docentes não foi superior ao correspondente às ocupações privadas alternativas de secretária e comerciário.

Muito semelhante foi o patamar de crescimento das funções docentes na região Sudeste na década. Porém, deve-se sublinhar que esses aumentos processaram-se em condições de maior retração global do emprego (0,4% a.a.), tanto na iniciativa pública (4,3% a.a.), quanto na privada (-0,25 a.a.). Os dados da Tabela 7 mostram que 3 de 4 novos postos de trabalho registrados corresponderam a professores de 1o ou 2o Grau. Não há, portanto, dúvida de que nesta região • nas outras menos desenvolvidas, a ocupação de professor constituiu uma boa opção de trabalho na década.

A leitura dos dados da região Sul deixa claro que há omissões de resposta em 1988, situação que compromete o uso dos dados, especialmente quanto aos docentes de 2o Grau, onde há uma redução próxima a 50% entre os anos extremos da década. As outras duas ocupações mostram um comportamento similar ao das regiões anteriores, dado o predomínio da componente privada que, de um modo geral, mostrou percentagens de perda muito parecidas em todas as regiões.

No que tange à evolução regional dos salários médios reais dos docentes, também houve marcadas diferenças entre os dois níveis do ensino e segundo a condição de pública ou privada dos empregos. Os dados da Tabela 8, sujeitos ao uso do IGP-DI como inflator das remunerações anuais médias de 1980 para torná-las comparáveis com as de 1988, acusam variações reais acumuladas significativas. No caso dos professores de 1o Grau, flutuam entre -38,2% e -26,4% no Centro-Oeste e Sul e um ganho de 26,6% no Nordeste. Por sua vez, no 2o Grau, os docentes do Centro-Oeste tiveram ganhos próximos a 47% ao passo que os do Sul, no extremo oposto, perderam 36,1% dos rendimentos que percebiam no início da década.

ESTIMATIVAS RENDIMENTO MEDIO REAL PARA ALGUMAS OCUPAÇÕES
SELECIONADAS SEGUNDO REDE DO ENSINO POR REGIÕES
(1980 E 1968)

(em mil cruzadas de 1990)

	1968			1980			1980-88(%)		
	TOTAL	REPÚBLICA	PRIVADO	TOTAL	REPÚBLICA	PRIVADO	TOTAL	REPÚBLICA	PRIVADO
TOTAL	200,3	194,3	103,7	71,7	74,0	71,8	-6,0	-3,9	-4,1
PROF. 1º GRAU	61,8	62,1	60,6	32,9	35,3	36,7	-1,9	-1,4	-4,1
PROF. 2º GRAU	85,6	93,2	81,7	32,9	30,8	30,2	-1,7	-1,8	-1,7
SECRETÁRIO	129,1	104,6	130,9	79,8	82,4	78,1	-6,0	-3,8	-4,1
COMUNITÁRIO	63,7	.	63,7	36,7	.	36,7	-6,0	.	-6,0
NORTE	200,6	92,4	88,8	113,3	61,8	94,6	-1,4	-6,4	-3,0
PROF. 1º GRAU	46,1	43,6	76,6	35,6	34,3	90,0	-1,7	-3,0	-5,2
PROF. 2º GRAU	106,1	127,9	92,1	90,5	87,2	117,7	-2,2	-4,7	1,1
SECRETÁRIO	99,5	75,3	102,2	55,7	53,7	56,5	-7,0	-4,1	-7,3
COMUNITÁRIO	51,6	.	81,6	36,2	.	36,2	-4,3	.	-4,3
NORDESTE	200,2	97,2	91,4	64,3	64,4	64,6	-3,5	-3,9	-3,6
PROF. 1º GRAU	30,4	28,7	36,4	38,5	38,4	39,3	1,0	4,0	1,8
PROF. 2º GRAU	79,9	92,8	41,1	63,7	63,5	64,6	-2,3	-4,4	5,8
SECRETÁRIO	90,4	47,8	96,8	63,2	62,9	63,2	-4,4	1,7	-5,4
COMUNITÁRIO	48,2	.	48,2	33,3	.	33,3	-4,5	.	-4,5
SUDESTE	214,8	317,3	114,8	71,9	81,7	78,3	-4,6	-4,4	-4,9
PROF. 1º GRAU	74,1	71,0	81,1	66,6	68,9	55,6	-1,3	-0,4	-4,6
PROF. 2º GRAU	116,1	139,6	89,4	71,5	79,2	62,2	-3,4	-6,2	-4,3
SECRETÁRIO	145,5	127,2	146,2	65,4	92,1	86,5	-5,5	-3,4	-6,1
COMUNITÁRIO	69,0	.	69,0	41,1	.	41,1	-6,3	.	-6,3
SUL	24,3	89,1	33,2	48,9	79,3	38,9	-4,9	-2,9	-4,3
PROF. 1º GRAU	70,8	71,6	50,3	51,5	59,3	39,0	-3,8	-2,1	-3,1
PROF. 2º GRAU	88,7	97,8	56,7	56,6	65,3	45,6	-1,5	-4,9	-3,1
SECRETÁRIO	79,8	93,4	78,7	51,9	59,8	48,7	-2,3	-5,4	-5,6
COMUNITÁRIO	61,4	.	61,4	36,8	.	36,8	-6,2	.	-6,2
CIOSITE	112,8	132,1	189,3	81,9	99,4	71,4	-1,9	-0,3	-4,1
PROF. 1º GRAU	73,3	75,0	65,6	45,3	46,3	38,7	-5,8	-5,9	-6,4
PROF. 2º GRAU	76,2	73,9	117,7	111,9	108,5	180,7	4,9	4,9	4,8
SECRETÁRIO	115,4	139,6	104,2	65,6	79,7	61,7	-4,8	-4,8	-4,1
COMUNITÁRIO	57,5	.	57,5	37,8	.	37,8	-5,1	.	-5,1

FONTE:

RAIS 1980 e 1968 — MIA
Índice Geral de Preços JGP-D2 — PGV.

Em todas as regiões, os ganhos/perdas salariais dos docentes de 1o Grau do setor público foram mais favoráveis que os dos do setor privado, destacando-se os professores nordestinos. Tanto no ensino público quanto no privado, eles foram os únicos a obterem reajustes salariais que superaram a inflação, situação que, sem dúvida, pode ser relacionada com o ganho real embutido na política de nivelção do Salário Mínimo imposta entre 1981 e 1984. Apesar dessa melhora, permanece em 1988 um diferencial de salário médio enorme entre OB professores primários públicos do Nordeste e os do Sudeste e Sul. Observe-se ainda que, em 1988, o setor público do Nordeste e Norte remuneravam os professores de 1o Grau abaixo do correspondente às escolas particulares, atingindo salários médios equivalentes a 2,5 e 2,3 Salários Mínimos, respectivamente.

No ensino de 2o Grau, a evolução dos salários reais dos docentes foi invertida, com vantagem para os professores da rede privada, especialmente no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Deve ser lembrado que, nestas últimas duas regiões, ocorreram as maiores diminuições dos docentes da rede privada nesse nível do ensino na década; isto leva a crer que, nessas áreas, processou-se uma extensão mais intensa da jornada de trabalho dos docentes da rede privada com contrato registrado. Note-se ainda que é justamente nessas regiões onde os salários médios dos professores particulares são os mais elevados do país, superando os vigentes no Sudeste e Sul.

Finalmente, os dados da Tabela 8 evidenciam que, no âmbito privado, os salários dos docentes evoluíram, em todas as regiões, com clara vantagem em relação à totalidade dos trabalhadores e aos correspondentes às duas ocupações alternativas. No domínio público, a evolução foi muito divergente entre regiões e grau de ensino. Essa diversidade, sem dúvida, está altamente correlacionada com os montantes de recursos que os Estados e Municípios destinaram à educação de 1o e 2o Grau. No contexto nacional, reitera-se, a situação foi amplamente favorável aos docentes em relação às outras duas ocupações e ao conjunto dos empregados registrados.

Na seção seguinte, examina-se o perfil demográfico, educacional e ocupacional dos docentes. A escassa disponibilidade de dados divulgados das RAIS mais recentes, onde se conhecem esses atributos a nível de cada ocupação, impõe limitações para apreciar melhor as mudanças qualitativas do emprego dos professores no decorrer da década e para entender a evolução de seus proventos. Por essa razão também, a análise limita-se quase sempre à dimensão nacional.

TABELA 9

ESTIMATIVAS DE EMPREGO PARA ALGUMAS OCUPAÇÕES
SELECIONADAS POR SEXO E IDADE - BRASIL
1960 e 1968

(em milhares)

OCUPAÇÕES	1960		1968		1960-68
	TOTAL(1000)	%	TOTAL(1000)	%	VARIACÃO MÉDIA (%)
PROF. 1º GRAU	411,1	100,0	779,7	100,0	8,3
H	57,1	13,0	80,9	10,4	4,5
M	354,0	86,1	698,8	89,6	8,9
-30 ANOS	149,0	36,3	266,1	34,3	7,5
30 — 49 ANOS	219,8	53,5	459,4	58,9	9,7
50 A MAIS	42,3	10,2	54,2	7,0	3,1
PROF. 2º GRAU	197,1	100,0	369,6	100,0	8,1
H	77,0	39,0	102,2	27,6	3,6
M	120,6	61,0	267,4	72,4	10,5
-30 ANOS	75,9	38,4	98,6	26,7	3,3
30 — 49 ANOS	104,2	52,8	238,7	64,6	10,9
50 A MAIS	17,5	8,8	32,3	8,7	8,0
SECRETÁRIO	170,3	100,0	296,2	100,0	8,4
H	22,9	13,4	22,2	10,8	-0,4
M	147,4	86,6	184,0	89,2	2,8
-30 ANOS	113,3	66,6	111,0	53,8	-0,3
30 — 49 ANOS	47,2	27,7	83,9	40,7	7,5
50 A MAIS	6,8	5,7	11,3	5,5	1,8
COMERCIÁRIO	786,7	100,0	911,9	100,0	1,1
H	493,0	62,5	534,4	58,6	1,0
M	293,7	37,5	377,5	41,4	3,1
-30 ANOS	571,1	72,4	620,0	68,0	1,0
30 — 49 ANOS	175,8	22,3	246,4	27,0	4,3
50 A MAIS	41,8	5,3	45,5	5,0	1,1
TOTAL	21.691,0	100,0	23.661,0	100,0	1,1
H	15.320,5	70,9	15.643,0	66,1	0,3
M	6.287,5	29,1	8.018,1	33,9	3,1
-30 ANOS	11.267,3	52,1	10.536,6	44,5	-0,8
30 — 49 ANOS	8.333,8	38,6	10.731,3	45,4	3,2
50 A MAIS	2.006,9	9,3	2.393,1	10,1	2,2

FONTE: RAIS 1980 e 1988 — MTA
Painel RAIS 1979-88 — MTA

ocupacional do grupo da 30 a 49 anos foi superior a 100% antra 1980 • 1988 apropriando-se da 65% a 78% doa novos empregos no 1o a 2o Grau, respectivamente.

Os jovens foram nitidamente os mais prejudicados quanto à oferta de emprego, justamente por causa da própria composição setorial da expansão do mercado de trabalho, sustentada pela Iniciativa pública. A retração global desse grupo etário no conjunto das ocupações (-0,8% a.a.), não chegou a ser tão forte nas ocupações alternativas e menos ainda nas docentes. Nestas últimas, o emprego cresceu em 7,5% a.a. no 1o Grau e 3,3% a.a. no 2o Grau. Quanto a incorporação dos docentes de 50 anos e mais, ela foi bem mais significativa no 2o Grau, situação que, de alguma forma, revela a escassez destes docentes para enfrentar a expansão da matrícula nesse nível de ensino.

É difícil adivinhar os efeitos qualitativos que essas mudanças demográficas podem ter acarretado para a educação. Menos problemático é a especulação em relação aos efeitos destas transformações nos rendimentos médios da categoria. Com efeito, tanto no Brasil quanto nos outros países sub-desenvolvidos, as mulheres concentram-se nos níveis inferiores da escala salarial docente. A opção pelo trabalho por tempo parcial, que lhes possibilita conciliar o exercício profissional com as responsabilidades domésticas, a menor participação em postos de comando e a menor antigüidade, acabam relegando-lhes à base da pirâmide funcional, em proporção mais elevada que seus pares masculinos, embora as tabelas de remuneração não reconheçam diferenças entre os sexos. Não deve, portanto, surpreender que, em 1988, os rendimentos médios das mulheres docentes chegassem no 1o Grau e 2o Grau a 89% da média dos homens.

Contudo, esses diferenciais salariais são menores que os observados para o conjunto dos empregados (69,5%) e para os servidores públicos (72,4%). Dessa forma, fica também em evidência que, tanto a média real de remuneração do total dos docentes quanto a do conjunto dos trabalhadores, viram-se diminuídas na década por essa maciça incorporação da mulher no mercado de trabalho.

Lamentavelmente, não foi possível conhecer os rendimentos dos docentes discriminados segundo idade. Tem-se a convicção de que o crescimento do grupo etário entre 30 e 49 anos deve ter tido o efeito contrário ao da variável sexo sobre os rendimentos médios dos professores, mantendo semelhança com o que acontece no conjunto dos empregados com registro, onde a média desse grupo etário supera em 30% a média global.

Mais interessantes, entretanto, são as mudanças qualitativas ocorridas no nível educacional dos docentes na década.

4.2 O perfil educativo e a eua evolução.

As estimativas do painel RAIS apresentadas na Tabela 10 dão

ESTIMATIVA DE EMPREGO PARA OCUPAÇÕES SELECIONADAS
SEGUNDO GRAU DE EDUCAÇÃO E REDE DO ENSINO
BRASIL 1980-1988

	1980						1988						1980-1988 (%)		
	GERAL		COLÉGIO		EMPRESA		GERAL		COLÉGIO		EMPRESA				
	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	
TOTAL	104,4	25,4	246,3	60,4	58,4	64,2	163,7	21,0	425,6	54,2	193,4	24,8	5,8	7,8	14,3
PROF. 1º GRAU	35,8	18,1	62,2	31,5	99,6	50,4	51,7	14,0	113,5	30,7	204,4	55,3	4,7	7,8	9,4
PROF. 2º GRAU	61,2	37,1	88,2	51,8	18,9	11,1	69,1	33,5	107,4	52,1	29,7	14,4	1,1	2,5	5,8
SECRETÁRIO	698,0	88,5	86,0	10,9	4,7	0,6	744,1	81,6	158,7	17,4	9,1	1,0	0,8	8,0	8,6
COMERCÁRIO	16.767,8	77,6	3.306,0	15,3	1.534,2	7,1	17.035,9	72,0	4.519,3	19,1	2.105,8	8,9	0,2	4,8	4,0
SETOR PÚBLICO	91,2	28,4	199,0	62,0	30,8	9,6	156,7	23,1	370,4	54,6	151,3	22,3	7,9	8,1	22,9
PROF. 1º GRAU	31,8	28,4	40,2	35,9	40,0	35,7	49,3	16,1	99,6	32,5	157,5	51,4	5,6	12,9	18,7
PROF. 2º GRAU	3,5	35,6	5,2	53,1	1,1	11,3	16,7	47,2	15,6	44,0	3,1	8,8	21,6	14,7	13,8
SECRETÁRIO	1.924,6	57,9	854,3	25,7	545,1	16,4	2.606,5	50,8	1.595,7	31,1	928,7	18,1	1,9	8,1	6,9
COMERCÁRIO	11,6	12,9	48,7	54,1	29,7	33,0	13,2	13,0	52,3	51,6	35,9	35,4	1,6	0,9	2,4
SETOR PRIVADO	2,5	2,9	21,4	25,0	61,6	72,1	2,3	3,7	13,9	22,1	46,8	74,2	-1,0	-3,3	-3,4
PROF. 1º GRAU	59,7	37,2	83,0	51,7	17,8	11,1	52,4	30,7	91,9	53,8	26,5	15,5	-1,6	1,3	5,1
PROF. 2º GRAU	698,0	88,5	86,0	10,9	4,7	0,6	734,9	81,6	156,7	17,4	9,0	1,0	0,8	7,8	8,5
SECRETÁRIO	14.938,0	81,7	2.413,5	13,2	932,5	5,1	14.434,9	77,9	2.927,7	15,8	1.167,4	6,3	-0,4	2,4	2,8
COMERCÁRIO															
TOTAL															

FONTE: RAIS 1980 e 1988 — MTA
 Painel RAIS 1979-88 — MTA

conta da uma incontestável melhora no nível educativo da mão-de-obra engajada no segmento estruturado do mercado de trabalho no decorrer dos anos 80. Do total de 2.053 mil novos empregos gerados entre 1980 a 1988, 1.213,3 mil deles (59,1%) foram ocupados por pessoas que tinham o colegial completo e 616,8 mil (30,0%) com ensino superior completo.

Mesmo reconhecendo que o nível da educação da população em idade de trabalhar tenha também melhorado sensivelmente nesses anos, sendo portanto lógico esse progresso no setor estruturado, não há dúvida de que nele processou-se ainda uma contratação seletiva favorável aos mais preparados. No caso dos docentes de 1o e 2o Graus, onde o crescimento ocupacional foi mais significativo, conforme comentado em páginas anteriores, essa melhora foi maior que no conjunto das ocupações e que nas duas ocupações alternativas.

Repare-se que a incorporação de professores de 1o Grau com educação superior foi muito mais intensa que nos níveis educacionais inferiores, fazendo com que a presença deles passasse de 14,2% em 1980 para 24,8% em 1988. Também expressivo foi o aumento de professores secundários com educação superior, onde se elevou a participação relativa de 50,5% em 1980, para 55,3% em 1988. Em ambas as ocupações, esses ganhos de participação relativa aconteceram às custas da redução do espaço dos outros dois níveis inferiores.

Apesar desse avanço qualitativo, os níveis de professores com habilitação suficiente para o exercício da docência ainda ficam muito aquém do que manda a lei, com exigência mínima de 2o Grau para o ensino primário e superior completo para o secundário.

Nas ocupações alternativas, assim como no conjunto de todas as ocupações, o progresso foi devagar, até pela menor ou nula exigência de mínimos de educação formal para o desempenho das ocupações. Em todas elas, o avanço qualitativo processou-se pelo encolhimento relativo da categoria dos ocupados com menor educação.

O processo de contratação seletiva dos mais preparados foi mais nítido no setor privado. Além de mostrar uma baixa capacidade de criação de novas ocupações, esse segmento conseguiu substituir a mão-de-obra menos preparada por elementos melhores em todas as ocupações, inclusive na de professor de 2o Grau, a única das aqui analisadas a exibir uma retração absoluta no período 1980-88.

No setor público em geral, a melhora do perfil educativo concentrou-se mais no grupo com colegial completo, que cresceu à razão de 8,1% a.a., embora também tenha ocorrido um forte aumento dos mais graduados (6,9% a.a.).

Muito melhor foi a evolução do perfil dos docentes públicos, onde a presença de professores de 1o Grau com educação superior completa passou de 9,6% em 1980 para 22,2% em 1988 e de 35,7% para 51,4% no 2o Grau. Apesar dessa expressiva melhora no perfil do

docente público, ele ainda fica muito aquém da capacitação dos docentes no ensino privado, onde essas percentagens do total com ensino superior chegam em 1988 a 35,4% e 74,2%, respectivamente.

A análise conjunta dos dados que mostram a evolução educacional (Tabela 10) e os correspondentes às remunerações reais (Tabela 6), dão uma clara idéia em relação à pouca correspondência entre a melhora qualitativa e os ganhos salariais. No processo de contratação de novos trabalhadores, há um ganho de qualidade que deve ter contribuído para o aumento da produtividade média desses trabalhadores e em que, em contrapartida, tenha acontecido um ganho correspondente nos seus salários reais. O processo foi mais perverso na iniciativa privada, onde o ganho qualitativo veio acompanhado de perdas salariais mais elevadas e de uma baixa contribuição à geração de novos empregos, afetando por igual todas as ocupações, inclusive os docentes.

Já no caso dos docentes públicos de 1o e 2o Graus, a correlação entre a melhora qualitativa e o comportamento dos salários parece mais favorável, particularmente se na conversão de salários a preços constantes se utiliza um índice de preços mais moderado que o IGP-DI. Ainda assim, pode ser possível que o aumento real dos rendimentos médios dos docentes possa também ser atribuído a uma extensão das cargas horárias.

4.3 O perfil ocupacional.

4.3.1 Tipo de contrato.

Apesar de exibirem ritmos de crescimento semelhantes, em percentagens elevadas superiores a 8% a.a., as ocupações docentes de 1o e 2o Graus evoluíram de forma muito diferente quanto ao tipo de contrato no período sob análise. Os dados da Tabela 11 deixam em evidência que a contratação de professores de 2o Grau concentrou-se na modalidade estatutária e em, outros, chegando a absorver 55,5% e 41,0% dos 172 mil novos empregos gerados entre 1980 e 1988. Muito mais equilibrada foi a contratação de docentes no 1o Grau, onde os celetistas atingiram quase 40% dos 368,6 mil novos postos de trabalho, superando inclusive a expansão da modalidade estatutária. Também neste nível do ensino, o destaque ficou por conta do crescimento da categoria "outros" onde, além de contratos tais como avulsos,, temporais, rurais, etc, inclui-se aos servidores públicos não efetivos demissíveis ad-nutum. Em ambas as ocupações docentes, esse tipo de contratação expandiu-se rapidamente, atingindo aumentos médios anuais de 25,9% e 40,7% para o 1o e 2o Graus, respectivamente.

A mesma Tabela 11 revela que, no caso da ocupação de secretário, predominou o contrato celetista, embora em termos relativos, os estatutários e outros tenham sido os tipos de contratação que mais cresceram.

Essa evolução tão diferente nas formas de contratação dos

TABELA 11

ESTIMATIVAS DE EMPREGO SEGUNDO TIPO DE CONTRATO
PARA ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS - BRASIL
1980 e 1988

(em milhões)

	1980				1988				1980-88 (%a.a.)			
	TOTAL	CLT	ESTAT.	OUT.	TOTAL	CLT	ESTAT.	OUT.	TOTAL	CLT	ESTAT.	OUT.
	PROF. 1º GRAU	411,1	187,0	207,3	16,8	779,7	340,9	332,3	106,3	8,3	7,5	6,1
PROF. 2º GRAU	197,6	112,4	80,3	4,9	369,6	118,4	175,8	75,4	8,1	0,7	10,3	48,7
SECRETÁRIO	170,3	163,8	4,1	2,4	206,2	191,3	8,7	4,2	2,4	2,1	9,9	7,2
COMERCIÁRIO	788,7	780,0		8,7	911,9	903,0		8,9	1,8	1,8		0,3
TOTAL	21.688,8	18.678,6	2.283,3	644,3	31.861,1	19.934,5	2.477,4	1.229,8	2,1	0,8	1,3	8,9

FONTE: RAIS 1980 e 1988 - MTA

professores da 1o a 2o Graus fez com que se processasse uma inversão na importância relativa das principais modalidades nesses 8 anos. Os estatutários de 1o Grau, que em 1980 constituíram a maioria, perderam essa condição para os celetistas em 1988, o contrário acontecendo com essas modalidades de contrato em relação aos docentes de 2o Grau.

A respeito do 1o Grau, é importante salientar, conforme os dados da Tabela 12, que no setor público, a presença de celetistas e de servidores não efetivos em conjunto superam aos próprios estatutários em 1988, situação que não acontece no 2o Grau onde essa contratação abrange 57,3% do total dos professores. No concernente ao setor privado, observa-se que a quase totalidade dos contratos são regidos pela CLT.

A evolução ocupacional segundo tipo de contratação é importante no caso dos professores em virtude do grande diferencial de remuneração oferecida entre essas modalidades para as mesmas ocupações. Ainda que referidas a cargas horárias diferentes no mês, que as estatísticas da RAIS não conseguem noticiar, as remunerações médias em pisos salariais em 1988 eram bem diferentes para as três categorias. No 1o Grau, as remunerações médias chegavam a 2, 4 e 3 pisos salariais para celetistas, estatutários e outros, respectivamente, enquanto que para o 2o Grau esses valores eram de 5, 7 e 3. O forte crescimento de servidores não efetivos, para quem o salário oferecido é menor, acabou ofuscando os possíveis ganhos salariais advindos de maior contratação de estatutários. Desse modo, as mudanças ocorridas no tipo de contratação dos professores de 1o e 2o Graus, ao longo da década, não contribuíram para a elevação dos rendimentos médios desses trabalhadores.

Cabe acrescentar que, no caso dos secretários, onde a remuneração média, em 1988, era de 5 pisos salariais, e dos Comerciais, com apenas 2 pisos salariais, não há diferença entre os salários oferecidos para as três categorias.

4.3.2 Tempo do emprego.

O tempo de permanência dos professores nas escolas de 1o e 2o Graus, é claramente um fator que favorece a percepção de salários mais elevados em relação às ocupações alternativas, bem como em relação ao conjunto delas. De acordo com os dados da Tabela 13, o tempo médio de permanência no emprego dos docentes de 1o e 2o Graus supera largamente o correspondente às outras ocupações, aproximando-se a 7,4 e 7,7 anos respectivamente. Por sua vez, a média de todos os ocupados chega a 4,7 anos, os secretários a 4,4 anos e os Comerciais, com maior rotatividade, apenas permanecem 2,5 anos na firma contratante.

Muito mais interessante, entretanto, é o diferencial de tempo de permanência no emprego entre os professores do setor público e os privados. Observe-se que os tempos médios dos primeiros

TABELA 12

ESTIMATIVAS DE EMPREGO SEGUNDO TIPO DE CONTRATO
 POR REDE DO ENSINO PARA ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS
 BRASIL — 1988

	PÚBLICO				PRIVADO			
	TOTAL	CLT	ESTAT.	OUT.	TOTAL	CLT	ESTAT.	OUT.
PROF. 1º GRAU	678,4	240,9	332,6	105,0	101,3	100,0	-	1,3
PROF. 2º GRAU	106,5	55,9	175,8	74,8	63,1	62,5	-	0,6
SECRETÁRIO	35,3	24,8	8,7	1,8	170,9	168,5	-	2,4
COMERCÁRIO	11,3	11,0	-	0,2	900,6	892,0	-	8,6
TOTAL	5.136,9	2.233,3	2.477,4	395,8	18.539,5	17.791,6	-	747,9

FONTE: RAIS 1988 — MTA

aproximam-se a 8,2 • 8,9 anos no 1o • 2o Graus, inquanto qua na Iniciativa privada, a permanência 4 da 4,3 a 3,7 anos, respectivamente.

Essa marcante diferença implica em proventos bem maiores para os professoras de 2o Grau públicos, pois com esse tempo de trabalho a remuneração média é de 8 pisos salariais, ao passo que os 3,7 dos da rede privada garantem proventos equivalentes à metade daqueles. A diferença é menor no caso dos docentes de 1o Grau, já que, nessa ocupação, a progressividade dos aumentos em função do tempo de serviço torna-se mais reduzida. Contudo, a maior estabilidade dos professoras públicos representa, em média, 0,5 pisos salariais a mais que OB da rede privada. Não há dúvida de que a maior estabilidade dos professores no serviço público e, portanto, os proventos mais favoráveis desses docentes, estão ligados á contratação sob o regime estatutário, embora essa vantagem leve incorporada cargas horárias maiores.

Finalmente, os dados da Tabela 13 revelam que a estabilidade no emprego dos docentes de 1o e 2o Graus é sempre superior para as mulheres o que, de alguma forma, deve ajudar a encurtar a diferença de remuneração em relação aos professores homens. Essa maior estabilidade feminina não prevalece no caso dos Comerciaários e secretárias.

TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA NO EMPREGO PARA
ALGUMAS OCUPAÇÕES SELECIONADAS - BRASIL
1988

(em meses)

		TOTAL	PÚBLICO	PRIVADO
PROF. 1º GRAU	T	89,1	98,1	52,1
	M	74,6	90,9	47,3
PROF. 2º GRAU	M	90,8	98,9	53,0
	T	92,2	106,2	44,5
SECRETÁRIO	M	78,6	101,4	21,9
	M	95,2	107,7	51,6
COMERCIÁRIOS	T	52,9	68,5	50,4
	M	60,5	98,1	47,3
TOTAL OCUPADOS	M	51,1	60,6	50,8
	T	29,4	-	29,4
	M	31,2	-	31,2
	M	27,0	-	27,0
	T	56,7	106,0	45,4
	M	55,3	114,3	46,8
	M	59,4	98,5	42,9

FONTE: RAIS 1988 — MTA

FONTE: RAIS 1980 e 1988 — MTA
Índice Geral de Preços IGP-D2, FGV.

t. CONCLUSÃO.

A preocupação com a valorização do trabalho dos professores de 1o e 2o Graus, preocupação essa que se insere em caráter prioritário nos esforços de melhoria quantitativa e qualitativa do sistema educacional brasileiro, motivou a análise da evolução do mercado de trabalho dessas ocupações. O estudo situou-se na década passada, valendo-se dos dados levantados pela Relação de Informações Sociais (RAIS).

De início, foi feita uma breve exposição a respeito das vantagens e desvantagens da RAIS enquanto principal instrumento para o conhecimento do mercado de trabalho formal brasileiro; foram também comparados os dados obtidos desta fonte com os resultados do Censo Educacional do MEC sobre as mesmas ocupações.

Procurou-se tecer uma visão global da evolução do emprego e das remunerações na década. Constatou-se ter ocorrido um crescimento do emprego organizado de apenas 1,1% a.a, patamar bem inferior ao crescimento da demanda de trabalho urbano, estimado em 3,2% a.a nesse período. Mais desfavorável ainda foi a evolução das remunerações entre 1981 e 1988, que acumulou perdas reais médias da ordem de 28,5%. Tal situação mantém uma estreita correspondência com o quadro predominantemente recessivo da economia entre os anos 1981 e 1988.

Contrastando com esse quadro global crítico, o mercado de trabalho dos professores de 1o e 2o Graus apresentou um comportamento bem mais favorável. No concernente à ocupação, verificou-se ter ocorrido, nesse período, expansões de 8,3% e 8,1% a.a. respectivamente, percentagens estas que superam, de longe, o já citado 1,1% do conjunto das ocupações, bem como os correspondentes às duas ocupações alternativas escolhidas como referenciais comparativos.

A discriminação desse crescimento das funções docentes segundo rede do ensino revelou que a quase totalidade desses novos empregos corresponderam ao serviço público. Revelou também que essas duas ocupações específicas foram responsáveis por 26% do total do emprego gerado na década.

Não há dúvida que a aplicação de elevados montantes de recursos públicos federais, estaduais e municipais à educação, a despeito da generalizada contração das atividades econômicas, permitiu a contratação de novos professores e a regularização contratual de outros. Configura-se, assim, uma situação de emprego que, pelo menos em termos relativos, foi muito favorável para os docentes. É significativo que os dados elaborados a partir do painel da RAIS evidenciam que foi justamente entre 1981 e 1983, período marcadamente recessivo, quando ocorreu a maior expansão do emprego registrado de professores de 1o e 2o Graus.

No que diz respeito à evolução das remunerações dessas duas

ocupações na década, o quadro não foi favorável, verificando-se perdas reais de 1,9% e 1,7% a.a. Essas perdas, que apresentaram grandes oscilações por subperíodo» e regiões, em virtude das políticas salariais vigentes foram, contudo, significativamente menores do que as que se verificaram no conjunto das ocupações (-4,4% a.a.) bem como nas ocupações alternativas. Ao igual que no quadro ocupacional, o comportamento das remunerações da rede pública também apresentou um desempenho melhor que o privado, com perdas de proventos de 1,4% e 1,8% a.a. para OB professores de 1o e 2o Graus, respectivamente. Reforça-se, assim, a importante participação do setor público na valorização da função docente ao longo dos anos 80.

Finalmente, no que se refere à evolução qualitativa dos professores de 1o e 2o Graus, passíveis de serem conhecidas através dos dados da RAIS, deve-se registrar uma forte incorporação de mulheres aos labores do magistério, elevando-se a sua participação em 1988 a 93,5% no 1o Grau e a 85,3% no 2o Grau. Também constatou-se um crescimento acentuado de docentes na faixa etária entre 30 e 49 anos. No entanto, a melhoria mais importante relaciona-se com a elevação do nível educacional dos docentes. A presença mais marcante de professores com ensino superior completo chegava em 1988 a 24,8% e 55,3%, respectivamente, evidenciando avanços mais acelerados que os ocorridos no conjunto das restantes ocupações.

Tais transformações registradas em plena "Década Perdida" têm sua origem nos investimentos públicos na área educacional. Apesar da dificuldade de se chegar a uma quantificação precisa do volume de recursos investidos, principalmente em função da carência de dados financeiros completos e atualizados nos municípios menores, pode-se estimar que os recursos reais do Tesouro aplicados pelas três instâncias citadas na educação de 1o e 2o Graus, teriam-se expandido entre 1980-81 e 1987-88 em percentagens próximas a 5,0% e 8,0% a.a., respectivamente. Deve-se sublinhar que essa expansão do gasto público em educação contrasta com o desempenho global da economia no mesmo período, quando o PIB per-capita contraiu-se à razão de 0,5% a.a..

Dessa forma, não deve surpreender que a evolução ocupacional e dos rendimentos dos professores de 1o e 2o Graus no período 1980-1988 tenha sido mais favorável que a correspondente ao conjunto das ocupações, conforme se demonstrou no presente documento. Mais ainda, fica evidenciado que, em boa medida, o forte crescimento do emprego público celetista e estatutário ocorrido nesses anos teve origem na expansão da educação.

Tomados em conjunto, estes resultados demonstram que os investimentos governamentais no setor educacional podem produzir resultados significativos a curto prazo, tanto em termos da geração de emprego e renda, quanto da melhora simultânea do corpo docente. Tendo em vista o papel preponderante do Estado nesse setor, a definição de uma política de recursos humanos que privilegie a formação e treinamento de professores e incentive o exercício da docência, bem como a permanência dos professores graduados no

serviço, aparece como plenamente justificável, por várias razões.

De fato, em que pesem as discussões sobre privatização, não pode haver dúvidas de que cabe ao setor público, como principal executor das ações sociais, promover e implementar iniciativas que ampliem e melhorem as ações educativas, inclusive no que concerne ao quadro docente. Por sua vez, a adequação quantitativa e a melhora qualitativa do pessoal docente não podem desvincular-se dos recursos que o governo, como principal responsável pelas ações educativas, pode destinar à educação.

Uma política de valorização da função do magistério se manifesta de formas diversas. Entre elas, requer a revisão das tabelas de remuneração para competir com a atração que exercem outras profissões e a resistência para o exercício profissional em lugares mais afastados das grandes cidades. A substituição do professor leigo e a garantia de salários condizentes com a importância das transformações educacionais desejadas, devem-se antepor à construção de prédios, muitas vezes desnecessários, como opção prioritária do investimento educacional.

Embora a função educativa represente um dos itens mais elevados da despesa pública nos países subdesenvolvidos (2,9% do PIB em 1970, passando para 4,1 em 1985), ele é ainda insuficiente para, no curto prazo, reduzir os deficits existentes, situando-se ainda muito aquém do gasto médio per-capita em educação dos países mais avançados numa razão média em dólares de 1:20.

No Brasil, onde o setor público detém a maior parte da responsabilidade pelo ensino do 1o Grau (86,6% da matrícula) e do 2o Grau (66,8% da matrícula)—além de subsidiar a educação particular—os progressos em relação à situação da contratação, estabilidade, promoção e, sobretudo, às escalas de remuneração dos docentes, ficam condicionados estritamente aos recursos que a União, Estados e Municípios destinam a esta função.

Cabe destacar que os avanços registrados ainda foram insuficientes para cumprir as exigências legais para o exercício da profissão de docente. A capacitação do pessoal docente constitui uma das metas mais importantes a serem atingidas na presente década para poder garantir os avanços qualitativos que a educação brasileira reclama como urgência.

Esta premência em se privilegiar a educação está plenamente apoiada na Constituição de 1988, onde ficou estabelecido que a União aplicará anualmente nunca menos de 18% da receita resultante de impostos à função Educação, cinco pontos percentuais acima da média dos últimos anos.

BIBLIOGRAFIA

- ARIAS, Alfonso Rodriguez e CORDEIRO, Sônia Helena T. de C.; "Avaliando as Informações de Registros Administrativos do Ministério do Trabalho sobre o Mercado de Trabalho na Década de 80; Ministério do Trabalho, setembro 1989.
- BARRETO, Angela Maria R. F.; "A Geografia do Professor Leigo: Situação Atual e Perspectivas"¹¹; Texto para Discussão/No. 223. IPEA, agosto, 1991.
- GUSSO, Divonzir Arthur (coord.); Educação e Cultura 1987: situação e Políticas Governamentais; IPEA No. 128, Brasília, 1990.
- MARQUES, Antonio Emílio S.; "Despesas Governamentais com Educação: 1986-1990"; Texto para Discussão/No. 243; IPEA, dezembro, 1991.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO; Anuário RAIS 1980-1988.
_____ ; Painel RAIS 1979-1988.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Estatísticas do Ensino Regular de 1º e 2º Graus, 1980-1989.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) ; As Normas Internacionais do Trabalho e o Pessoal Docente; 1991.
_____ ; A Situação do Pessoal Docente; 1984.
- _____ ; Emprego e Condições de Trabalho do Pessoal Docente; 1981.
- _____ ; Pessoal Docente: os Desafios do Decênio de 1980; 1991.
- _____ ; Teachers in Developing Countries: a Survey of Employment Conditions.

Instituto sociedade, População e natureza

O MERCADO DE TRABALBO PARA PROFESSORES DE
PRIMEIRO E SEGUNDO GRADE: A EVOLUÇÃO NA DÉCADA DE 80 [*]

COORDENAÇÃO: George Martine

EQUIPE TÉCNICA: Alfonso Rodrigues Arias

Sônia Helena T. de c. Cordeiro

¹ Este documento foi preparada para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, no âmbito do Convênio entre o ISPN e aquela instituição.



Campus da UnB – Acesso Sul – Asa Norte – 70910 – Brasília – DF
Tel.: (061) 347-8970 Fax: (061) 273-3233

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)